

MUNICÍPIO DE PENAMACOR

CÂMARA MUNICIPAL

2021

RELATÓRIO DE GESTÃO



1 - CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL	2
1.1 - INTRODUÇÃO	2
2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL	3
2.1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	3
2.1.1 – Execução Orçamental da Receita.....	5
2.1.2 – Execução Orçamental da Despesa.....	7
2.2 - EXECUÇÃO ANUAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	8
3 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA - ORÇAMENTAL.....	12
3.1 – RECEITAS CORRENTES VERSUS DESPESAS CORRENTES.....	12
3.2 – RECEITAS DE CAPITAL VERSUS DESPESAS DE CAPITAL.....	13
3.3 - EVOLUÇÃO DAS EXECUÇÕES ORÇAMENTAIS NO QUADRIÉNIO 2018 – 2021	14
4 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA – RESULTADOS	17
4.1 - RESULTADOS	18
5 – INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE.....	19
6 – DESPESAS COM PESSOAL	23
7 – ENDIVIDAMENTO	24
7.1 – VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL NO FINAL DE 2021	25
7.2 – DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO VERIFICADO NO FINAL DE 2021	26
7.3 - DÍVIDA A TERCEIROS	27
7.3.1 – Dívidas a terceiros – Curto prazo	27
7.3.2 - Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo.....	28
7.3.3 - Dívidas a terceiros – Empréstimos	28
7.4 - DÍVIDA DE TERCEIROS	29
8 – COVID-19.....	30
9 – CONTABILIDADE DE GESTÃO	31
10 – EVENTOS SUBSEQUENTES.....	32
11 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	33



1 - CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

1.1 - Introdução

O ano económico de 2021 é o segundo período de relato financeiro depois de adotado o Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, tendo as demonstrações financeiras sido preparadas com base nos registos contabilísticos em conformidade com o SNC-AP e aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

A Lei 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais estabelecendo no n.º 1 e n.º 6 do artigo 6.º que os municípios possuem património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. Em conformidade com o diploma, o Município de Penamacor apresenta para apreciação os documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2021, os quais foram elaborados de acordo com a Instrução n.º 1/2019 PG, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 46, de 06 de março e com a Resolução n.º 2/2021, 2.ª Secção - Prestação de contas relativas ao ano de 2021 e gerências partidas de 2022, ambas do Tribunal de Contas.

No presente Relatório de Gestão apresentam-se um conjunto de indicadores económico-financeiros, orçamentais e outros indicadores relevantes para a gestão do município.



2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1 - Execução Orçamental

O resumo da execução orçamental do ano 2021 e o comparativo entre a previsão orçamental e o efetivamente realizado encontra-se evidenciado nos Quadro e Gráfico seguintes, sendo as taxas de execução calculadas com base nas previsões corrigidas.

Quadro I
Execução Orçamental – 2021

Tipo de Receita e Despesa	Previsão		Execução	
	Inicial	Corrigida	Valor	%
Receitas Correntes	9.773.756,00	9.569.714,31	9.621.705,37	101%
Receitas de Capital	9.157.563,00	2.092.563,00	1.915.602,20	91%
Total (R. Correntes + R. Capital)	18.931.319,00	11.662.277,31	11.537.307,57	99%
Outras Receitas	1,00	1,00	351,31	
Total das Receitas Orçamentais	18.931.320,00	11.662.278,31	11.537.658,88	
Saldo de Gerência Anterior	---	7.269.041,69	7.269.041,69	
Total (Receitas)	18.931.320,00	18.931.320,00	18.806.700,57	99%
Despesas Correntes	8.738.566,00	8.763.566,00	6.385.428,64	73%
Despesas de Capital	10.192.754,00	10.167.754,00	3.415.156,00	34%
Total (Despesas)	18.931.320,00	18.931.320,00	9.800.584,64	52%

Notas: Outras Receitas - Montante arrecadado referente a Reposições não abatidas nos pagamentos;

A execução global fixou-se em 99% para a receita e em 52% para a despesa.

As receitas correntes arrecadadas em 2021 ultrapassaram os nove milhões e meio de euros, correspondendo a uma execução de 101%;

As receitas de capital aproximaram-se dos dois milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 91%;

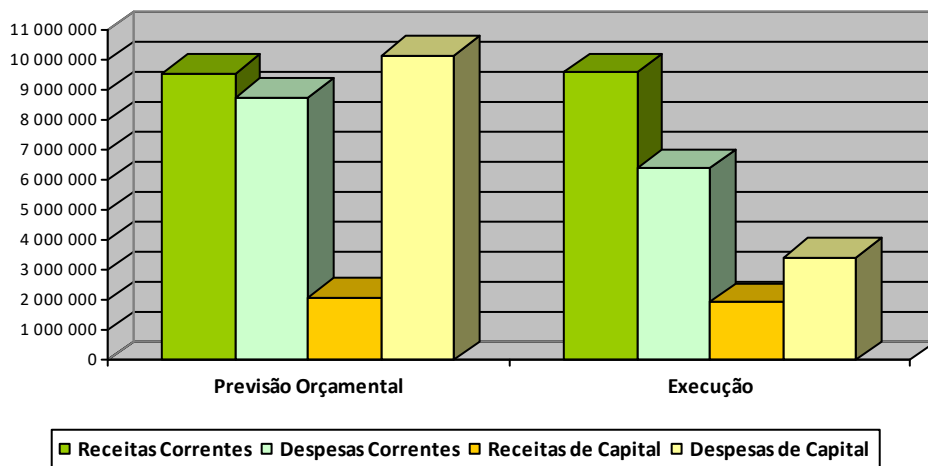
Em 30/12/2021 por Proposta da Câmara Municipal, foi aprovado pela Assembleia Municipal a utilização do Saldo da Gerência Anterior no montante de 7.269.041,69€.

A execução orçamental das despesas correntes aproximou-se dos seis milhões e meio de euros, tendo registado uma execução de 73%;

A execução das despesas de capital ultrapassou os três milhões e quatrocentos mil euros, correspondendo a uma taxa de execução de 34%;

A totalidade das despesas correntes foi paga com as receitas correntes arrecadadas em 2021, sendo que ainda restou um saldo de 3.236.276,73€.

Gráfico I
Previsão/Execução



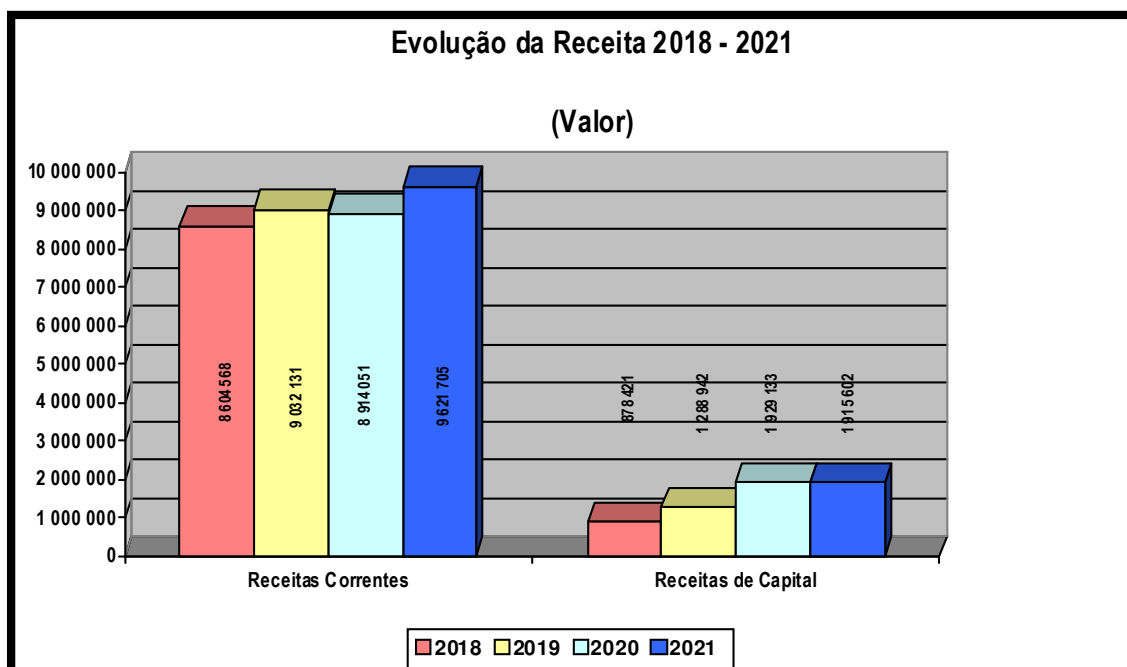
2.1.1 – Execução Orçamental da Receita

O Quadro II e o Gráfico I permitem analisar a evolução da receita no quadriénio 2018-2021.

Quadro II
Execução Orçamental da Receita

Ano	Execução Anual da Receita (Corrente + Capital)	Repartição Orçamental da Execução da Receita			
		Corrente		Capital	
		Valor	%	Valor	%
2018	9.482.988,56	8.604.567,96	91%	878.420,60	9%
2019	10.321.072,88	9.032.131,13	88%	1.288.941,75	12%
2020	10.843.184,08	8.914.050,76	82%	1.929.133,32	18%
2021	11.537.307,57	9.621.705,37	83%	1.915.602,20	17%

Gráfico I





A receita total arrecadada pelo município em 2021 ultrapassou os onze milhões e meio de euros, registando um acréscimo de 694.123,49€ relativamente a 2020.

A receita corrente representou 83% da receita total arrecadada, totalizando 9.621.705,37€.

A receita de capital arrecadada no exercício em apreço foi no valor de 1.915.602,20€, o que em termos percentuais representou 17% do total das receitas arrecadadas.

As receitas correntes relativas a participações Comunitárias atribuídas em 2021, totalizaram 104.508,68€ e respeitam aos projetos: Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), Beira Baixa Cultural, Linx 2020 – Realização de Ações Preparatórias de Reintrodução do Lince Ibérico nos SIC Malcata, S. Mamede e Moura Barrancos.

As receitas de capital relativas a participações Comunitárias atribuídas em 2021, totalizaram 391.156,68€ e respeitam aos projetos: Penamacor Smart Rural (Zona Industrial), Reabilitação do Edifício do Teatro Clube de Penamacor e Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor.

2.1.2 – Execução Orçamental da Despesa

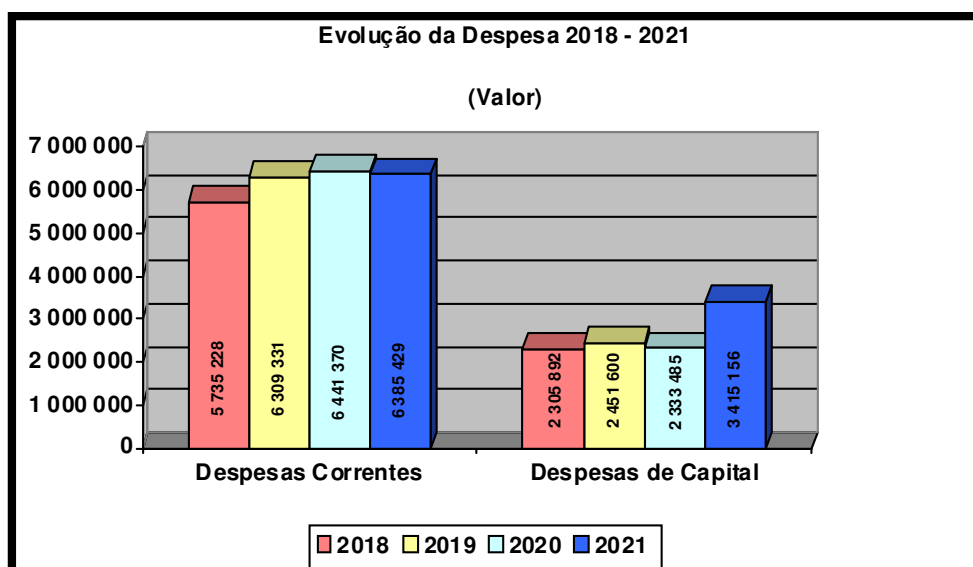
A execução global da despesa paga, em valores absolutos alcançou em 2021 os 9.800.584,64€, sendo 6.385.428,64€ relativos a Despesas Correntes e 3.415.156,00€ relativos a Despesas de Capital.

O Quadro III e o Gráfico II permitem verificar a evolução da despesa no quadriénio 2018 – 2021.

Quadro III
Execução Orçamental da Despesa

Ano	Execução Anual da Despesa (Corrente + Capital)	Repartição Orçamental da execução da Despesa			
		Corrente		Capital	
		Valor	%	Valor	%
2018	8.041.119,86	5.735.227,80	71%	2.305.892,06	29%
2019	8.760.931,15	6.309.330,94	72%	2.451.600,21	28%
2020	8.774.855,15	6.441.369,84	73%	2.333.485,15	27%
2021	9.800.584,64	6.385.428,64	65%	3.415.156,00	35%

Gráfico II



2.2 - Execução anual das Grandes Opções do Plano

AS Grandes Opções do Plano (GOP) englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que espelha as intenções de investimento físico e as Atividades Mais Relevantes (AMR) onde estão retratadas as transferências para despesas correntes e despesas de capital, bem como outras atividades com relevante interesse para o município.

Da análise ao mapa da Execução Anual das Grandes Opções do Plano, documento que retrata as execuções de todos os projetos e respetivas ações, planeados para as Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções em 2021, interessa verificar, em sede de execução, o peso que cada uma das funções representou no montante global executado.

Em 2021, o montante total executado nas GOP representou 58% do total das despesas, e atingiu o montante de 5.706.465,29€, distribuído da seguinte forma:

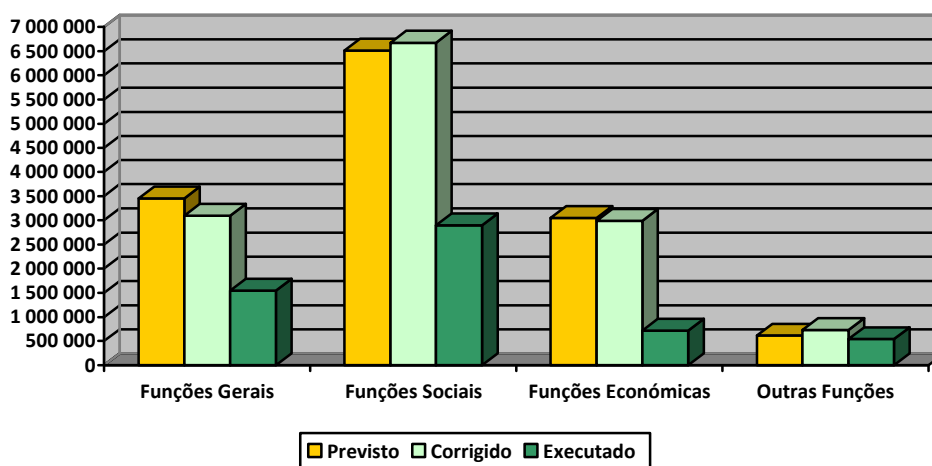
Execução do Plano Plurianual de Investimentos:	2.841.710,30€
Execução das Atividades Mais Relevantes:	2.864.754,99€

A execução das várias Funções que compõem as Grandes Opções do Plano, foi a seguinte:

Funções Gerais:	1.547.019,27€
Funções Sociais:	2.896.440,65€
Funções Económicas:	721.824,42€
Outras Funções:	541.180,95€

O gráfico III retrata a previsão e a execução em relação a valores definidos, das Grandes Opções do Plano, em 2021:

Gráfico III
Grandes Opções do Plano por Funções (Previsto/Corrigido/Executado)



A evolução das GOP, no período de 2018 a 2021, é a apresentada nos gráficos IV e V, com indicação dos montantes executados em cada um dos anos.

Gráfico IV
Execução Anual das GOP por Funções 2018 - 2021

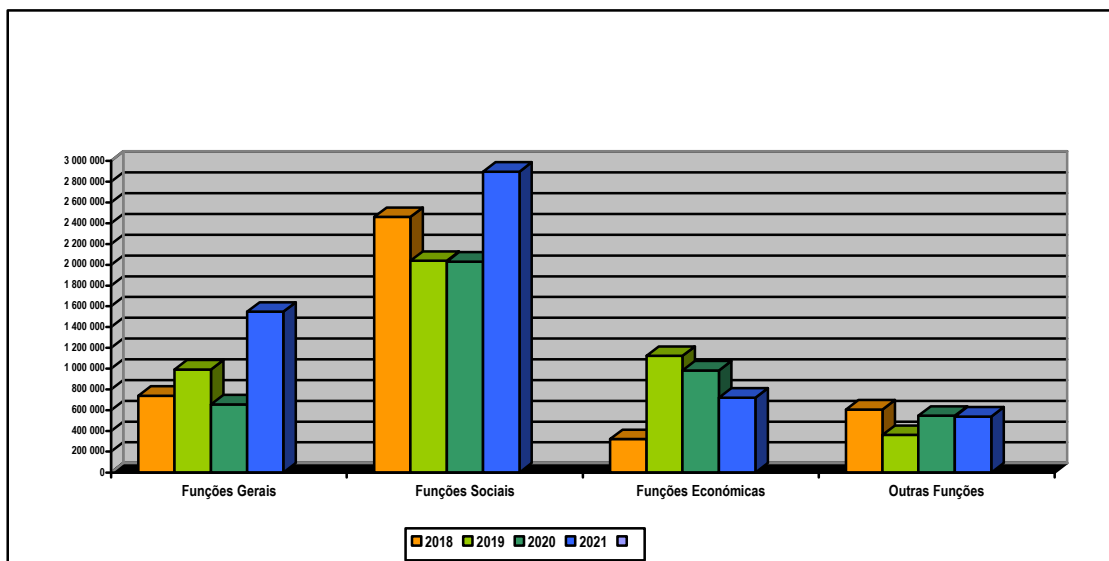
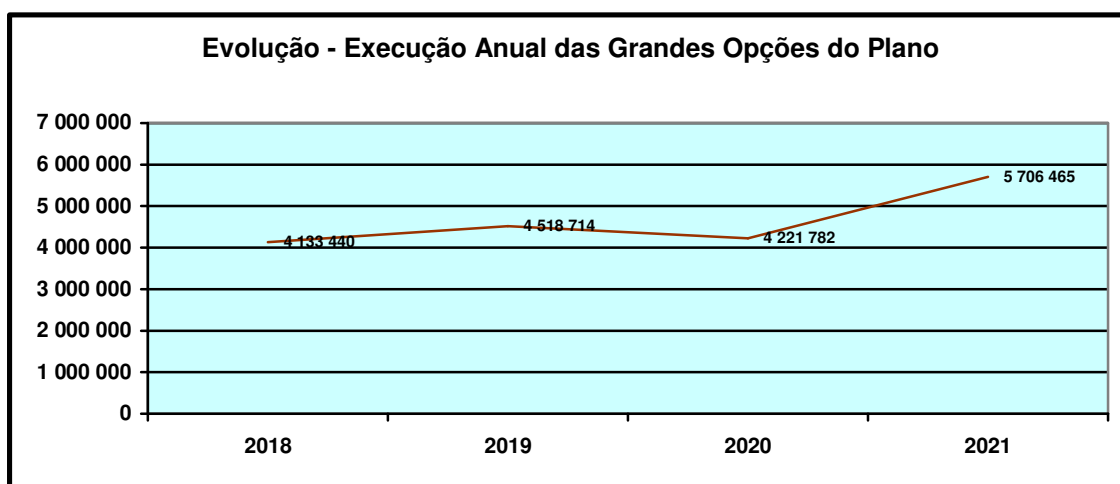


Gráfico V



É de realçar que em grande parte a execução das Grandes Opções do Plano depende das despesas de investimento que por sua vez também estão dependentes das flutuações das transferências relativas a fundos comunitários.



Das ações inscritas e com execuções mais relevantes nas Grandes Opções do Plano para 2021 (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes), destacam-se as seguintes:

➤ Apoios diversos:

- No âmbito da pandemia COVID-19
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor
- IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Fábricas da Igreja
- Escolas e Jardins de Infância
- Associações de âmbito cultural, desportivo, recreativo, florestal, etc.

- FMEE – Fundo Municipal de Emergência Empresarial
- Apoio Social Escolar (Aquisição de livros, Transportes, Bolsas de Estudo, Alimentação)
- Apoios Sociais diversos
- Ações Integradas de Combate ao Insucesso Escolar e Promoção ao Sucesso Escolar
- Transportes Escolares
- Transferências para as Juntas de Freguesia
- Realização de diversos eventos de carácter cultural e desportivo
- Aquisição de imóveis
- Diversas requalificações urbanas nas freguesias do concelho
- Manutenção de caminhos agrícolas/rurais do concelho
- Aquisição de Água para Distribuição, Tratamento de Águas Residuais e Serviços de Recolha e Tratamentos de Resíduos Sólidos Urbanos
- Prolongamentos de redes elétricas de baixa tensão
- Termalismo
- Execução de diversos projetos de engenharia/arquitetura
- Renovação do parque automóvel
- Requalificação do Teatro Clube de Penamacor
- Prevenção de Fogos Florestais – Abertura e beneficiação de caminhos e faixas de gestão de combustível



- Ampliação da Zona Industrial – Sul
- Pavimentação e conservação de vias
- Incubadora para a Valorização dos Recursos Endógenos
- Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor
- Requalificação das Instalações do Antigo Posto da GNR



3 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA - ORÇAMENTAL

3.1 – Receitas Correntes versus Despesas Correntes

Nos Quadros IV e V, encontra-se demonstrado o cumprimento do princípio orçamental: “as despesas correntes devem ser suportadas na totalidade pelas receitas correntes”.

Quadro IV

Rácio	Ano			
	2018	2019	2020	2021
Receita Corrente / Despesa Corrente	150%	144%	138%	150%

O Quadro IV apresenta a evolução do rácio **Receita Corrente / Despesa Corrente** e permite medir a capacidade que as receitas correntes têm em assegurar as despesas da mesma natureza. Verifica-se o cumprimento deste princípio de boa gestão, pois em 2021, à semelhança de anos anteriores, as receitas correntes foram suficientes para suprir as despesas correntes, resultando num superavit de 3.236.276,73€.

Quadro V

Ano	Receita Corrente	Despesa Corrente	Poupança Corrente
2018	8.604.567,96	5.735.227,80	2.869.340,16
2019	9.032.131,13	6.309.330,94	2.722.800,19
2020	8.914.050,76	6.441.369,84	2.472.680,92
2021	9.621.705,37	6.385.428,64	3.236.276,73

Os dados espelhados no quadro V, permitem concluir que tem existido anualmente poupança corrente, o que denota o acompanhamento contínuo e a preocupação constante na contenção das despesas correntes, permitindo assim, o financiamento de despesas de investimento com receitas correntes.



3.2 – Receitas de Capital versus Despesas de Capital

Pela análise dos Quadros VI e VII, poder-se-á concluir se as receitas de capital são ou não suficientes para suportar as respetivas despesas.

Quadro VI

Rácio	Ano			
	2018	2019	2020	2021
Receitas de Capital / Despesas de Capital	38%	53%	83%	56%

Quadro VII

Ano	Receita de Capital	Despesa de Capital	Saldo
2018	878.420,60	2.305.892,06	-1.427.471,46
2019	1.288.941,75	2.451.600,21	-1.162.658,46
2020	1.929.133,32	2.333.485,31	-404.351,99
2021	1.915.602,20	3.415.156,00	-1.499.553,80

O rácio **Receitas de Capital / Despesas de Capital**, mede a capacidade apresentada pela autarquia para suportar as despesas de capital com as receitas da mesma natureza. Pela análise dos Quadros VI e VII, verifica-se que as receitas de capital pagaram em 2021, 56% das despesas de capital, tendo o diferencial sido suportado por receitas correntes no montante de 1.499.553,80€.



3.3 - Evolução das execuções orçamentais no Quadriénio 2018 – 2021

Os quadros VIII e IX e o gráfico VI apresentam resumidamente as execuções orçamentais da receita e da despesa no período de 2018 a 2021.

Quadro VIII

Designação		EXECUÇÃO ANUAL – RECEITA							
		2018		2019		2020		2021	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita	Corrente	8.604.567,96	95%	9.032.131,13	101%	8.914.050,76	95%	9.621.705,37	101%
	Capital	878.420,60	99%	1.288.941,75	100%	1.929.133,32	104%	1.915.602,20	91%
Total		9.482.988,56	95%	10.321.072,88	101%	10.843.184,08	98%	11.537.307,57	99%

Quadro IX

Designação		EXECUÇÃO ANUAL – DESPESA							
		2018		2019		2020		2021	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas	Corrente	5.735.227,80	80%	6.309.330,94	88%	6.441.369,84	84%	6.385.428,64	73%
	Capital	2.305.892,06	47%	2.451.600,21	37%	2.333.485,31	35%	3.415.156,00	34%
Total		8.041.119,86	66%	8.760.931,15	63%	8.774.855,15	61%	9.800.584,64	52%

Pela análise do Gráfico VI, VII e VIII verifica-se a continuidade da boa gestão autárquica, sustentada no princípio de que as receitas correntes deverão ser sempre superiores às despesas correntes, permitindo o financiamento das despesas de capital.

Gráfico VI

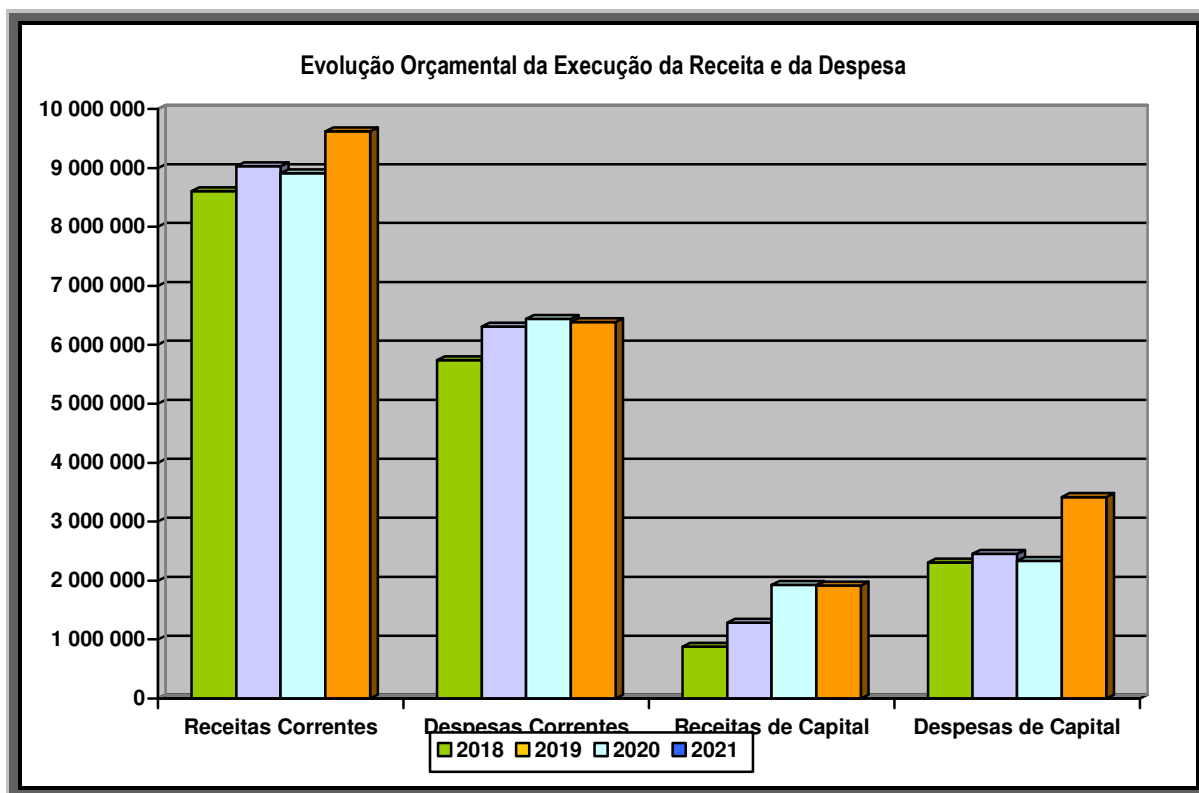


Gráfico VII

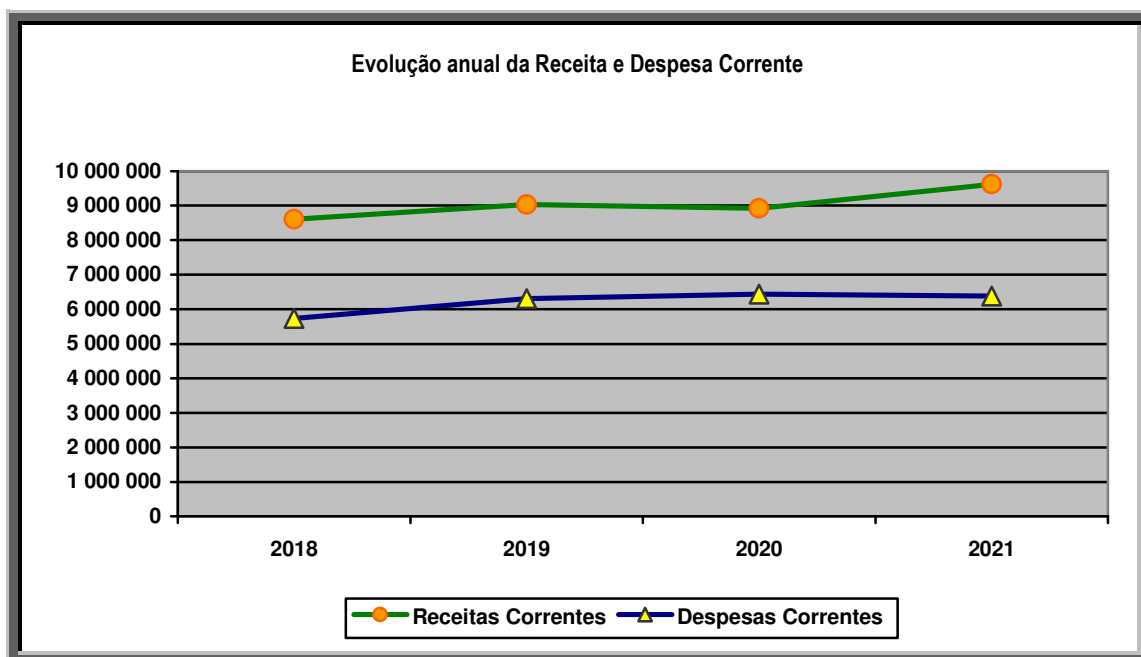
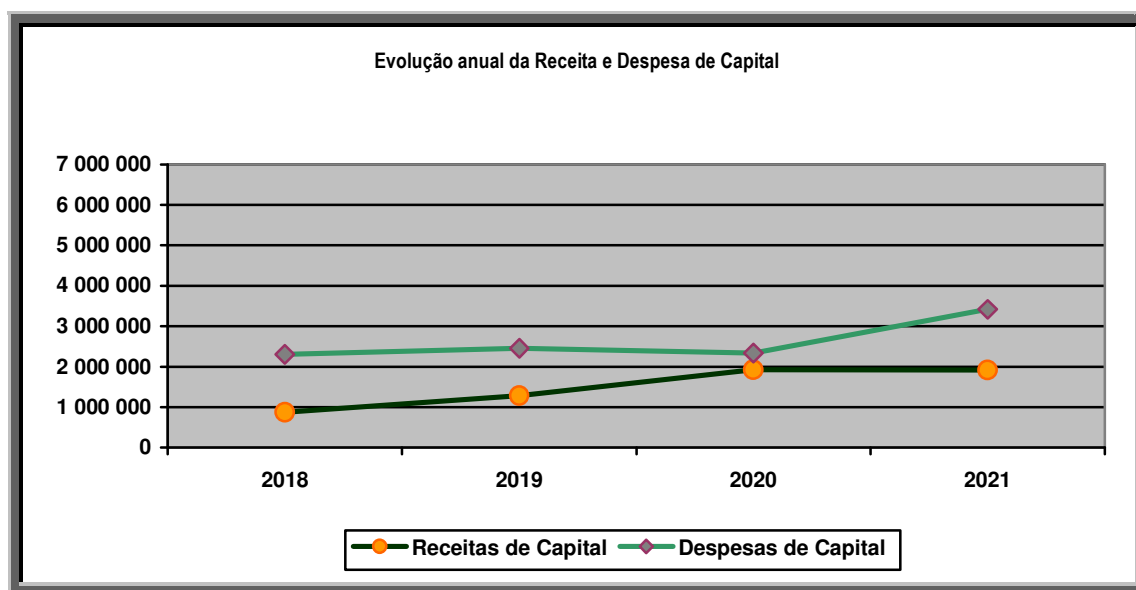


Gráfico VIII





4 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA – RESULTADOS

A análise da situação económica – resultados, baseia-se exclusivamente na Demonstração de Resultados por Naturezas do ano 2021.

Os Rendimentos totais e os gastos totais do exercício foram de 10.708.664,47€ e 9.411.148,70€ respetivamente, podendo verificar-se a sua repartição pela análise ao Quadro X.

Quadro X

Rendimentos (1)	10.708.664,47€
Impostos, contribuições e taxas	705.412,82€
Vendas	162.442,46€
Prestações de serviços e concessões	722.159,15€
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	7.548.534,61€
Outros rendimentos	1.563.128,07€
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	6.987,36€
Gastos (2)	9.411.148,70€
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	608.927,03€
Fornecimentos e serviços externos	2.596.151,95€
Gastos com o pessoal (*)	2.008.380,90€
Transferências e subsídios concedidos	1.549.182,18€
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.982,87€
Outros gastos	34.159,68€
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	2.582.594,97€
Juros e gastos similares suportados	18.769,12€
Resultado Líquido do período (1) – (2)	1.297.515,77€

(*) O montante de custos com o pessoal não é igual ao analisado no ponto 6 – Despesas com Pessoal, devido à especialização do exercício (Férias, Subsídio de Férias e Seguros de Acidentes de Trabalho), movimentos contabilísticos que só afetam as contas 63 – Gastos com o Pessoal e não afetam as rubricas orçamentais 01 – Despesas com o Pessoal, as quais serviram de análise ao referido ponto e que espelham os montantes efetivamente pagos.



4.1 - Resultados

As atividades municipais prosseguidas nos termos legais permitiram apurar um Resultado Líquido positivo no valor de 1.297.515,77€ para o qual continuam a contribuir decisivamente, à semelhança dos anos anteriores, as “Transferências e Subsídios Correntes Obtidos”, representando em 2021, 7.548.534,61€.



5 – INDICADORES GERAIS DE ACTIVIDADE

Os rácios de estrutura, gestão e investimento que a seguir se apresentam, permitem avaliar em termos evolutivos o desenvolvimento das competências e atividades municipais na prossecução do interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras atribuídas ao Município.

Quadro XI

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)	2018	2019	2020	2021
Impostos Diretos / Receitas Correntes	6%	7%	8%	7%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	77%	77%	78%	78%
Transferências Capital / Receitas Capital	100%	100%	99,95%	97%
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	36%	25%	0,05%	3%
Receitas Correntes / Receitas Totais	91%	88%	82%	84%

Os Impostos diretos da autarquia (IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis; IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis; IUC - Imposto Único de Circulação) representaram em 2021, 7% do total das receitas correntes cobradas.

À semelhança de anos anteriores, a receita contabilizada como transferências correntes continua a destacar-se no total das receitas correntes, correspondendo, em 2021, a 78% das mesmas. As transferências correntes provenientes da Administração Central (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS) continuam a representar a maior fatia, continuando também a merecer destaque as transferências provenientes da energia eólica, recebidas ao abrigo do protocolo com a empresa Lestenergia – Exploração de Parques Eólicos, S.A., que representaram em 2021 o montante de 408.287,07€.

O rácio Transferências de Capital / Receitas de Capital permite verificar que em 2021, as receitas provenientes de transferências de capital representaram 97% da totalidade das receitas de capital.



Em 07/05/2020 foi autorizada pelo Tribunal de Contas a contratação de um empréstimo bancário de Médio e Longo Prazos ao Banco Millenniumbcp ao abrigo do IFRRU 2020 no montante de 1.614.388,91€ destinado a comparticipar o investimento da Reabilitação do Teatro Clube de Penamacor. Deste, utilizaram-se no decorrer do ano 51.822,52€, o que correspondeu a 3% da totalidade das receitas de capital.

As transferências de capital recebidas em 2021, totalizaram 1.859.179,68€, sendo 1.468.023,00€ da Administração Central (Fundo de Equilíbrio Financeiro e n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013) e 391.156,68€ relativo a comparticipações de projetos cofinanciados.

A despesa com amortizações de empréstimos em 2021 foi de 331.069,77€, absorvendo 18% da receita de capital.

As receitas correntes representaram em 2021, 84% do total das receitas arrecadadas.

Quadro XII

RÁCIOS DE GESTÃO (%)	2018	2019	2020	2021
Despesas Correntes / Receitas Correntes	67%	70%	72%	67%
Despesas de Capital / Receitas de Capital	263%	191%	120%	179%
Despesas com Pessoal / Receitas Correntes	21%	23%	23%	22%
Despesas com Pessoal / Despesas Correntes	31%	32%	32%	32%
Despesas com Pessoal / Despesa Total	22%	23%	23%	21%

Pela análise dos rácios apresentados no Quadro XII, conclui-se:

- Em 2021, a totalidade das despesas correntes foram pagas com a utilização de 67% das receitas correntes, sendo o restante canalizado para pagar despesas de investimento e para o Saldo de Gerência.
- O investimento em 2020, absorveu a totalidade das receitas de capital, tendo o remanescente sido suportado por receitas correntes.
- As despesas com pessoal representaram em 2021, 22% das receitas correntes, 32% das despesas correntes e 21% do total das despesas.



Quadro XIII

RÁCIOS DE INVESTIMENTO (%)	2018	2019	2020	2021
Investimento / Despesa Capital	77%	81%	78%	80%
Investimento / Despesa Total	22%	23%	21%	28%
Investimento / População (*)	311,46€	347,24€	321,91€	571,59€
Despesa Total / População (*)	1.415,19€	1.541,88€	1.544,33€	2.055,50€

(*) – População:

- Para os anos de 2018, 2019 e 2020, consideraram-se 5.682 residentes no Município – Censos 2011.

- Para o ano de 2021, consideraram-se 4.768 residentes no Município – Censos 2021 (Resultados Provisórios).

Os rácios do Quadro XIII, permitem concluir o seguinte:

- Em 2021, 80% das despesas de capital dizem respeito a despesas de investimento;
- As despesas de investimento pagas, em 2021, representaram 28% da despesa total do ano;
- O montante de despesas de investimento pagas pelo município em 2021, representou um investimento de 571,59€ por munícipe;
- O montante total das despesas pagas pelo município em 2021, correspondeu a 2.055,50€ por munícipe.



O quadro XIV, apresenta o resultado de outros rácios que se consideram relevantes no ano em análise.

Quadro XIV

Outros Rácios (%)	2020
Impostos / Receitas Correntes	7%
Taxas, Multas e Outras Penalidades / Receitas Correntes	3%
Impostos e Taxas, Multas e Outras Penalidades / Receitas Correntes	10%
Impostos e Taxas / Receita total	10%
Aquisição de bens e serviços / Despesas correntes	49%
Aquisição de bens e serviços / Despesas totais	32%
Investimento / FEF Capital	371%
Transferências Correntes Recebidas / Receitas Correntes	78%
Transferências Correntes Efetuadas / Despesas Correntes	19%
Despesas correntes no ano n / Despesas Correntes no ano n - 1	99%
Empréstimos MLP utilizados no ano n / Investimentos do ano n	1,91%
Investimento do ano n / Investimento do ano n-1	149%
Dívidas a pagar a curto prazo no ano n / Dívidas a pagar a curto prazo no ano n -1	62%
Transferências e subsídios obtidos no ano n / Transferências e subsídios obtidos no ano n-1	109%
Fornecimentos e serviços externos do ano n / Fornecimentos e serviços externos do ano n-1	98%



6 – DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal continuam a merecer análise de destaque, devido a terem um peso considerável nas despesas da autarquia. Em relação ao ano de 2020, verificou-se um decréscimo de 11.085,78€.

O montante despendido com este tipo de despesa, à semelhança do ano anterior, representou 32% do total das despesas correntes e 21% das despesas totais.

As despesas desta rubrica totalizaram 2.034.202,30€, sendo que 10.023,01€, respeitam a despesas com senhas de presença e ajudas de custo aos membros da Assembleia Municipal.

O Quadro seguinte, apresenta a evolução das despesas com o pessoal nos últimos quatro anos:

Quadro XV

Despesas com Pessoal	Ano			
	2018	2019	2020	2021
Remunerações	1.391.441,24	1.586.173,89	1.605.708,78	1.602.551,53
Encargos Sociais	390.101,89	428.231,09	439.579,30	431.650,77
Total	1.781.543,13	2.014.404,98	2.045.288,08	2.034.202,30

No final de 2021 encontravam-se em funções 91 funcionários, tendo-se registado no decorrer do ano, a aposentação de um funcionário com a categoria de Assistente Operacional.

No decorrer do ano, foi cumprido o dever de informação à Direcção-Geral das Autarquias Locais, para acompanhamento da evolução das despesas com o pessoal, dando-se cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 78.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.



7 – ENDIVIDAMENTO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece nos artigos 48º a 54º do Capítulo V, Secção I, o Regime de Crédito e de endividamento municipal. O limite da dívida total encontra-se regulado pelos n.ºs 1, 2, 3 4, 5 e 6 do artigo 52º, da seguinte forma:

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

5 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos Municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 - Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.



7.1 – Verificação do Cumprimento do Limite da Dívida Total no final de 2021

Quadro XVI

Apuramento do limite				
Descrição		Ano		
		2018	2019	2020
Receita Corrente Líquida cobrada nos três exercícios anteriores		8.598.727,26	9.016.832,75	8.914.050,76
Total de 2018, 2019 e 2020		26.529.610,77		
Média		8.843.203,59		
Limite = 1,5 x Média		13.264.805,39		
Apuramento da dívida total				
Descrição		Valor		
(1)	Total da dívida a terceiros, incluindo dívidas não orçamentais e FAM	1.582.462,22		
(2)	Dívida SM + AM + SEL + entidades participadas	11.697,63 (*)		
(3)	Dívida Total (1) + (2)	1.594.159,85		
(4)	Dívidas não orçamentais (OT)	206.990,43		
(5)	Dívida FAM	0,00		
(6)	Dívida total para o apuramento do excesso <u>ou</u> da margem (3) – (4) – (5)	1.387.169,42		

(*) O montante indicado poderá sofrer alterações, em virtude de na presente data o município ainda não dispor da totalidade da informação das participadas.



7.2 – Demonstração da posição do endividamento verificado no final de 2021

Quadro XVII

Limite	Apuramento da margem			
	Dívida total para efeitos de apuramento do excesso ou margem	Excesso	Margem Absoluta	Margem utilizável (20%)
13.264.805,39	1.387.169,42	-----	11.877.635,97	2.375.527,20

Da análise do quadro XVII conclui-se que no decorrer de 2021 manteve-se por parte do executivo a preocupação do cumprimento da Lei em não ultrapassar os limites de endividamento que a mesma prevê, conseguindo chegar ao final do exercício com uma margem absoluta próxima dos doze milhões de euros, que corresponde a uma margem utilizável superior a dois milhões e trezentos mil euros.

A contribuição considerada em (2) do Quadro XVI, no montante de 11.697,63, resulta das participações na GDTP - Grupo de Desenvolvimento das Termas de Portugal - Sociedade de Exploração Hidromineral, S.A. e CIMBB – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, contribuindo cada uma com 8.801,65€ e 2.877,98, respetivamente.



7.3 - Dívida a Terceiros

A evolução da dívida a terceiros a curto, Médio e Longo prazos, encontra-se registada no Quadro XVIII e apresenta os montantes parciais e totais, por tipo e anos.

Quadro XVIII

Dívida a Terceiros – Curto, Médio e Longo Prazos				
Descrição	2018	2019	2020	2021
Orçamental	376.329,48	112.780,88	229.875,36	145.495,30
Operações de Tesouraria	279.574,31	293.975,17	189.513,14	206.990,43
FAM – Fundo de Apoio Municipal	53.068,50	17.689,50	0,00	0,00
Total (1)	708.972,29	424.445,55	419.388,50	352.485,73
Empréstimos	2.156.134,05	1.834.524,18	1.509.223,74	1.229.976,49
Total (2)	2.156.134,05	1.834.524,18	1.509.223,74	1.229.976,49
TOTAL DA DÍVIDA (1) + (2)	2.865.106,34	2.258.969,73	1.928.612,24	1.582.462,22

Nota: No total da dívida está excluído o saldo da conta 2722 – Credores por acréscimo de gastos, no montante de 336.884,83€.

7.3.1 – Dívidas a terceiros – Curto prazo

A dívida de curto prazo em 31/12/2021 importa em 688.181,57€ e encontra-se repartida da seguinte forma:

221– Fornecedores c/c: ----- 14.186,41

225 – Fornecedores – Faturas em receção e conferência: ----- 103.136,47

24 – Estado e outros entes públicos: ----- 24.185,40

25112111 – Empréstimos de M/L Prazos – Prestações de Curto Prazo: ----- 335.695,84

2711– Fornecedores de Investimentos c/c: ----- 3.657,25



277– Cauções: ----- 153.114,12

2785 – Outros credores - Sindicatos: ----- 328,52

27892919 – Outros credores ----- 53.877,56

7.3.2 - Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo

A dívida a terceiros de M/L prazo em 31/12/2021 importa em 894.280,65€ e respeita na totalidade a Empréstimos de M/L Prazos – Prestações de M/L Prazos.

7.3.3 - Dívidas a terceiros – Empréstimos

A dívida com empréstimos, em 31/12/2021, encontra-se desagregada da seguinte forma:

Quadro XIX

Tipo de Empréstimo	Montante em dívida	A pagar em 2022	A pagar em anos seguintes
M/L Prazos	1.229.976,49	335.695,84	894.280,65

O quadro XX, permite visualizar a evolução da dívida referente a empréstimos desde 2018 a 2021.

Quadro XX

Dívida a Terceiros – Empréstimos				
Tipo de Empréstimo	2018	2019	2020	2021
ML Prazos	2.156.134,05	1.834.524,18	1.509.223,74	1.229.976,49

Em 07/05/2020 foi autorizado pelo tribunal de Contas a contratação de um empréstimo no montante de 1.614.388,91€ com o Banco Comercial Português, destinado a financiar no âmbito do IFRRU 2020, as obras do Teatro Clube de Penamacor. Em final de 2021 o montante utilizado fixou-se em 52.822,52€, prevendo-se a utilização total do empréstimo no decorrer do ano 2022.

Relativamente a todos os outros empréstimos, foram integralmente cumpridos os planos de pagamentos de amortizações de capital e dos respetivos encargos.



7.4 - Dívida de Terceiros

O Quadro seguinte, apresenta a evolução da dívida de terceiros para com o Município de Penamacor, resumindo-se a dívida de curto prazo.

Quadro XXI

Dívida de Terceiros – Curto Prazo (€)			
2018	2019	2020	2021
413.168,17	149.691,74	162.465,38	54.980,92

Nota: Os valores apresentados no Quadro XXI são líquidos das respetivas provisões constituídas para cobranças duvidosas.

A dívida de Clientes, contribuintes e utentes representa 46.294,04€

O saldo do IVA a recuperar no final do ano, representa 8.686,88€



8 – COVID-19

No início do exercício de 2020 a sociedade em geral foi confrontada com um problema de saúde pública mundial, denominado Covid-19.

O Município estabeleceu medidas preventivas, através de um plano interno de contingência, para fazer face ao surto no sentido de acautelar a saúde dos seus trabalhadores e prevenir fontes de contágio, protegendo também os seus munícipes. Assim, adaptaram-se os serviços no sentido de minimizar o contacto social, salvaguardando, contudo, os serviços essenciais.

Os principais efeitos da pandemia Covid-19 nas contas do exercício de 2021 foram o incremento dos gastos com Transferências e Subsídios Concedidos para as instituições sem fins lucrativos.

Apesar de se manter a incerteza relativamente à evolução da pandemia, a prossecução das atividades da Município e o cumprimento dos compromissos contratuais assumidos não estarão em causa.



9 – CONTABILIDADE DE GESTÃO

Não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta de tempo e recursos necessários, situação que prevemos seja ultrapassada no decurso do exercício de 2022.

Assim, apesar do Município possuir esta informação, o sistema de informação não está ainda parametrizado para que sejam preparadas Demonstrações de Gestão e divulgada a informação requerida na nota 21 do Anexo às Demonstrações Financeiras, de acordo com o estabelecido na NCP 25 – Relato por Segmentos, situação que prevemos seja ultrapassada no decurso do exercício de 2022.

Para esta divulgação é necessária a informação prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão referida anteriormente.

No presente Relatório de Gestão e nas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Município.



10 – EVENTOS SUBSEQUENTES

No passado mês de fevereiro o mundo foi confrontado com uma guerra na Europa entre a Rússia e a Ucrânia, com impactos já sentidos nos preços dos mais diversos produtos/serviços, com especial destaque para os bens de 1ª necessidade e produtos petrolíferos e seus derivados, a que acrescem as inúmeras restrições em vigor nos mais diversos sectores de atividade.

Apesar dos potenciais impactos económicos e sociais resultantes desta situação não serem passíveis de quantificação à data, e que afetarão de forma transversal (direta/indireta) as diversas entidades públicas e privadas e que dependerão da evolução da mesma, é convicção do Órgão de Gestão que a prossecução das atividades desenvolvidas e o cumprimento dos compromissos contratuais assumidos não estarão em causa.

Também é de referir que foram assinados em 28 de janeiro de 2022, os Autos de Transferência de Competências com as Juntas de Freguesia, dando cumprimento ao n.º 2 do artigo 38º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.



11 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

De acordo com as demonstrações financeiras apresentadas, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2021, conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, foi de 1.297.515,77€, pelo que se propõe que o mesmo seja transferido para a a conta 56 – Resultados Transitados.

O Presidente da Câmara Municipal

(Dr. António Luís Beites Soares)